

ANFIP participa da instalação da Mesa de Negociação

O governo federal realizou, no dia 7 de fevereiro, a reabertura oficial da Mesa Nacional de Negociação Permanente, desativada nos últimos anos, para diálogo com as entidades representativas dos servidores públicos federais. A cerimônia aconteceu no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília. O presidente da ANFIP, Vilson Romero, e o vice-presidente de Política de Classe e Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, estiveram presentes.

O secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do MGI, Sérgio Mendonça, reconheceu que os servidores públicos, assim como todos os trabalhadores, têm legítimos interesses e a Mesa foi criada para tratar democraticamente das relações de trabalho na administração pública. “A Mesa é um instrumento importante na democratização do Estado e na democratização das relações de trabalho do serviço público federal. Baseia-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da participação, da indisponibilidade do interesse público, da qualidade dos serviços, da publicidade e da liberdade sindical”, disse Mendonça. O secretário afirmou ainda que terá início em breve o processo de negociação com as entidades representativas dos servidores.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, lamentou a falta de reajuste das carreiras nos últimos anos e disse que “pior do que isso é ser demonizado por aqueles que deveriam estar cuidando da sociedade”. “O objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês”, ressaltou, citando algumas falas do ex-ministro da Fazenda em relação ao funcionalismo.



Representando as carreiras do serviço público federal, Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), e Sérgio Ronaldo, presidente do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), apresentaram algumas reivindicações dos servidores, como reajuste salarial para recomposição das perdas acumuladas nos últimos anos, que chegam a 27%; instalação de mesas setoriais; liberação de dirigente sindical com ônus para a administração pública, dentre outros.

“Apenas o fato de termos numa mesma mesa ministros de Estado e dirigentes sindicais já mostra uma inversão completa do que nós vivemos nos últimos seis anos. É um símbolo muito claro de que hoje nós estamos mais do que relançando uma mesa de negociação

permanente, estamos retomando o diálogo com todo o serviço público brasileiro”, destacou Rudinei Marques.

Atendendo à reivindicação das entidades e diante das centenas de dirigentes e representantes dos servidores públicos, a ministra do MGI, Esther Dweck, assinou a exposição de motivos que acompanha a minuta do decreto que regulamenta o artigo 92 da Lei 8.112/1990, que trata da permanência de dirigentes com mandato classista na folha de pagamento do governo federal.

Também participaram do evento os ministros de Estado: Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), Carlos Lupi (Previdência Social), Camilo Santana (Educação), Rui Costa (Casa Civil) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência).

Assista [aqui](#) à cerimônia completa.

Publicado Decreto que restaura a licença para mandato classista
PÁGINA 2

Conselheiros levam reivindicações ao senador Paulo Paim
PÁGINA 3

Viagem internacional para associados está se aproximando
PÁGINA 5

ANFIP saúda Decreto que restaura licença para mandato classista

Conforme anunciado pela ministra Esther Dweck durante a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo editou o [Decreto 11.411, de 8 de fevereiro de 2023](#), que mantém dirigentes com mandato classista na folha de pagamento da União.

O Fonacate, do qual a ANFIP é integrante, enfatiza que o Decreto foi uma conquista importante de todas as entidades

e da organização sindical. Nas oportunidades que teve de conversar com governos anteriores, o Fórum se posicionou contra o então Ofício-Circular n. 605/2016-MP, que retirou da folha de pagamentos da União os servidores com liberação para mandato classista, privando-os, inclusive, de contracheque. O tema também foi apresentado nas reuniões do Fórum com a equipe de transição do governo Lula, no final de 2022.

Ministra promete anunciar reajuste de servidores do Executivo ainda em fevereiro

A ministra Esther Dweck afirmou, em entrevista coletiva no dia 7 de fevereiro, que o anúncio de reajuste salarial para os servidores públicos do Executivo pode ser feito ainda neste mês, diante da existência de previsão orçamentária para que o aumento seja concedido.

“As carreiras de outros Poderes tiveram o reajuste aprovado no final do ano passado, exceto do Executivo. Vamos fazer isso rápido, porque de fato isso é uma injustiça com os trabalhadores do Executivo federal. A gente pretende anunciar esse mês, se

tiver acordo. O espaço orçamentário já existe”, declarou.

A ministra também afirmou que o governo está avaliando os concursos para todas as carreiras, incluindo a admissão de aprovados em cadastro de reserva. “A previsão orçamentária para contratações não é muito grande, então estamos fazendo uma avaliação bastante criteriosa das áreas que estão mais prejudicadas”, disse, destacando que o INSS tem uma questão importante nesse processo.

Confira [aqui](#) as declarações da ministra em publicação do Poder 360.

ANFIP e Pacto de Brasília preparam ações em defesa da administração tributária

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram de reunião do Pacto de Brasília, no dia 9 de fevereiro, junto aos demais representantes das entidades do fisco que integram o grupo.

Na ocasião, os dirigentes analisaram diversos pontos das propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, destacando a necessidade de incluir dispositivos que garantam a autonomia da administração tributária nas três esferas de governo. O assunto também já foi apresentado para o secretário especial da Reforma Tributária, Bernard Appy, em reunião ocorrida no dia 31 de janeiro (relembre [aqui](#)), conforme relatou Francelino Valença, coordenador do grupo de trabalho e presidente da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital).

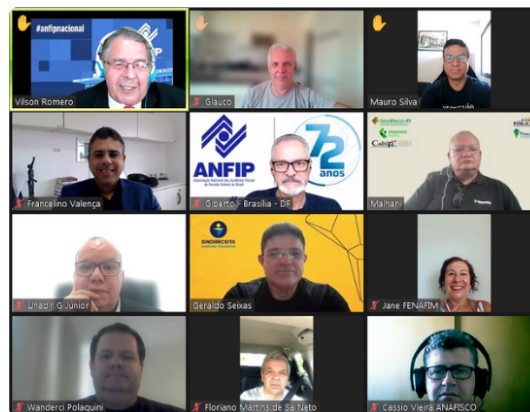
Vilson Romero compartilhou com os demais dirigentes que se reuniu com o senador Paulo Paim (PT/RS) e solicitou que ele seja um dos defensores da autonomia da administração tributária,

quando a matéria estiver tramitando em Comissão.

Outro tema que gerou preocupação entre as entidades representativas do fisco é a possibilidade de criação do Comitê Gestor Nacional, previsto na Proposta de Emenda à Constituição 45/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, uma lei complementar deverá criar o Comitê, que será formado por representantes da União, estados, Distrito Federal e municípios, e ficará responsável por editar o regulamento do imposto; gerir a arrecadação centralizada; estabelecer os critérios para atuação coordenada dos entes na fiscalização do imposto; operacionalizar a distribuição da receita; e representar judicial e extrajudicialmente os entes nas matérias relativas ao Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS).

“Precisamos estar preparados para o que vem pela frente. Temos que ter uma estrutura definida por nós e já



estabelecer que atribuições teriam essas administrações tributárias”, pontuou Gilberto Pereira, sobre o Comitê Gestor Nacional.

Os dirigentes também definiram um calendário de reuniões para o mês de fevereiro, visando alinhar as propostas e estratégias em defesa dos fiscos de todo o país e nos assuntos de interesse das carreiras do serviço público federal.

Além da ANFIP e da Fenafisco, fazem parte do Pacto de Brasília: Anafisco, Febrafisco, Fenafim, Sindifisco Nacional, Sindireceita e Unafisco Nacional.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thagná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Conselheiros levam reivindicações ao senador Paulo Paim



O presidente Vilson Romero e os vice-presidentes Jorge Cezar Costa (Finanças) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) foram recebidos, no dia 9 de fevereiro, pelo senador Paulo Paim (PT/RS), no gabinete de parlamentar, em Brasília.

A reunião tratou, prioritariamente, das demandas envolvendo o reajuste salarial dos servidores públicos do Executivo federal, que estão há mais de seis anos sem qualquer aumento. “Queremos, no mínimo, a isonomia com os demais Poderes que já estão

com reajuste garantido, apesar de saber que as perdas acumuladas somente no último governo ultrapassam os 27%. Que o senhor também levante sua bandeira em defesa do nosso reajuste”, ressaltou Romero. Liduína complementou: “defendendo sempre a paridade, senador”.

Outra solicitação encaminhada ao senador Paim foi o empenho do parlamentar para garantir a presença das associações profissionais, como a ANFIP, na Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo.

Os conselheiros da ANFIP ainda enfatizaram com Paim a necessidade de combater o Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022, chamado de “Código de Defesa do Sonegador”; de revogar o Decreto 10.620/21 e rejeitar o PLP 189/21, que atribuem ao INSS a condição de unidade gestora de aposentadorias da União. A MP 1160/23, que restabelece o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), também foi abordada, com o pedido de que o parlamentar requeira audiências públicas para debater o assunto.

Sobre a Reforma Tributária, Romero reforçou a necessidade de garantir autonomia às administrações tributárias e marcou a posição da ANFIP contra os projetos que elevam os limites de enquadramento no Simples Nacional. Os dirigentes aproveitaram para detalhar ao senador os projetos apresentados na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (veja [aqui](#)).

Paulo Paim foi receptivo com a pauta apresentada e se colocou à disposição para manter o diálogo com a ANFIP sobre os temas. “Vamos manter essa parceria que temos há décadas”, afirmou o senador.

O parlamentar adiantou que, apesar de ainda não estar decidido, ele deve presidir novamente a Comissão de Direitos Humanos (CDH) no Senado.

Governadores se manifestam contra PLP 17/22 e a favor do voto de qualidade no Carf

Por meio de nota pública divulgada no dia 5 de fevereiro, o Fórum Nacional de Governadores manifestou apoio à MP 1160/2023, que determinou o retorno do voto de qualidade em julgamentos realizados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O instrumento estava suspenso desde 2020, mas foi restabelecido em janeiro, compondo o conjunto de medidas fiscais anunciado pelo novo governo.

No documento, além de afirmar que a MP ratifica o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular, o grupo resalta a importância da matéria contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) [17/2022](#). “A iniciativa tem papel ainda mais relevante no presente momento, quando o PLP 17/2022, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, de forma preocupante, tenciona expandir essa anomalia do processo administrativo tributário aos demais entes da federação, pelo fim do voto de qualidade, além de inúmeras outras ameaças à atuação fiscalizatória ou que incentivam práticas irregulares”, alertam os governadores.

O PLP 17, apelidado pelas entidades do fisco de “Código

de Defesa do Sonegador”, estabelece normas já vigentes sobre direitos, garantias e deveres do contribuinte, e limita drasticamente a atuação dos fiscais da administração tributária, favorecendo a sonegação e gerando insegurança jurídica no país. Contra o projeto, em 2022, a ANFIP e as parceiras lançaram uma campanha de mídia para conscientizar a sociedade e sensibilizar os parlamentares sobre os impactos da sonegação de impostos para o Estado e, principalmente, no dia a dia dos cidadãos (saiba mais [aqui](#)).

“Visando garantir o aperfeiçoamento de nossos institutos fiscais e fortalecer a atuação de seus fiscos, que são responsáveis pelo ingresso das receitas que asseguram o equilíbrio fiscal e a manutenção de serviços públicos essenciais à população brasileira”, assinaram o manifesto os governadores do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Leia a íntegra da nota [aqui](#).

Mosap planeja primeiras atividades de 2023

Os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) representaram a ANFIP na primeira reunião de 2023 do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), realizada no dia 7 de fevereiro, em Brasília. O presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi, também esteve presente.

No encontro, foram tratados temas de interesse da categoria, como a tramitação da PEC 555/2006, referente à extinção da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, e a participação do Instituto nas discussões da Mesa Nacional de Negociação Permanente, instalada no Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O presidente do Instituto, Edison Haubert, relembrou as propostas apresentadas pela ANFIP à Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados. Entre as medidas está o projeto de lei que isenta no Imposto de Renda da



Pessoa Física (IRPF) as despesas com medicamentos, equipamentos e outros desembolsos indispensáveis para a qualidade de vida dos idosos; o projeto de lei que reajusta a tabela do IRPF; e a proposta de emenda à Constituição que reduz, gradualmente, as contribuições previdenciárias dos

servidores públicos aposentados, a partir dos 65 anos.

Os dirigentes também iniciaram o planejamento das principais ações a serem desenvolvidas no primeiro trimestre do ano, com foco no monitoramento de matérias e na atuação parlamentar no Congresso Nacional.

Conselho Executivo define prioridades de atuação para o primeiro semestre



Os membros do Conselho Executivo da ANFIP se reuniram, nesta semana, em Brasília, sob a coordenação do presidente Wilson Romero, para deliberar sobre as atividades a serem desenvolvidas nos próximos meses, com destaque para a continuidade da campanha salarial,

a defesa da paridade entre ativos e aposentados, a atuação parlamentar e a realização da V Convenção Nacional Extraordinária (V CNE) e do I Encontro do Centro-Oeste.

No trabalho parlamentar, além de acompanhar a formação das

Comissões Permanentes nas duas Casas do Congresso Nacional, será priorizada a atuação envolvendo a tramitação da MP 1160/23, que trata do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dos Projetos de Lei Complementar 17/22 (Código de Defesa do Contribuinte) e 189/21 (INSS como unidade gestora do RPPS), bem como as Propostas de Emendas Constitucionais que tratam da Reforma Tributária e a busca da revogação do Decreto 10.620/21.

Na ocasião, os conselheiros debateram ainda a programação de eventos, a finalização do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras, as atividades da Comunicação Social, a campanha de atualização cadastral, bem como diversos assuntos da área Jurídica. Também aprovaram a retificação das resoluções que criam as comissões Organizadora da V CNE e de Reforma Estatutária.

Vice-presidente lança livro em evento na sede da ANFIP



“Viver Poético” é o título do novo livro do Auditor Fiscal e vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, José Avelino da Silva Neto. A obra foi lançada no dia 8 de fevereiro, na sede da Associação, em Brasília, e contou com a presença de autoridades, parlamentares, jornalistas, associados e dirigentes de entidades parceiras.

Avelino da Silva, nesta segunda publicação de sua autoria, que reúne poesias livres e alguns sonetos, conta que a maior inspiração para seu novo trabalho veio da frase escrita pelo poeta grego Homero, que diz: “aos poetas e aos pintores sempre foi concedida a liberdade de ousar qualquer coisa”. “Essa foi a inspiração de Viver Poético”, ressalta o autor.

Na ocasião, Avelino também recitou a poesia “Sou poeta e sou vaqueira”, recebeu os cumprimentos do presidente Vilson Romero e finalizou o momento autografando livros.

Os interessados em adquirir a publicação podem solicitar pelo e-mail secretaria@anfip.org.br. O valor do exemplar é R\$ 30 e está limitado conforme disponibilidade. Portanto, o envio será feito respeitando a ordem das solicitações.

A ANFIP agradece a presença da subsecretária-geral da Receita Federal do Brasil, Adriana Gomes Rêgo; do senador Paulo Paim (PT/RS); dos deputados federais Arlindo Chinaglia (PT/SP) e Heitor Schuch (PSB/RS); do deputado estadual pelo Rio Grande do Sul Elton Weber (PSB); do ex-deputado Luis Miranda; do jornalista e fundador do Congresso em Foco, Sylvio Costa; dos representantes da Fundação ANFIP, Mosap (Movimentos dos Aposentados e Pensionistas), Cobap (Confederação dos Aposentados e Pensionistas), Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Fenafisco (Federação do Fisco Estadual e Distrital), CSPB (Confederação dos Servidores Públicos), Metapolítica e Consillium; e dos conselheiros, associados e amigos da Associação.

I Encontro do Centro-Oeste: Pirenópolis espera os Auditores no mês de maio

Quer fugir da agitação das grandes cidades e viver momentos inesquecíveis no coração do Brasil? Chegou a hora do I Encontro do Centro-Oeste, promovido pelas Estaduais e Representações do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com apoio da ANFIP. Uma grande confraternização de Auditores Fiscais que acontece de 4 a 7 de maio, no Centro de Convenções da Pousada dos Pirineus, em Pirenópolis (GO). É a sua chance de transformar 2023 em boas experiências de vida, ao lado de colegas de todo país.

Em Pirenópolis acontecem as famosas Cavalhadas, espetáculo folclórico realizado desde 1826. E tem muito mais! Os encantos da cidade estão nas suas ruas de calçamento de pedras, nas igrejas, nas casas em estilo colonial, nas cores de janelas e portas de madeira, nos restaurantes tradicionais e, especialmente, nas inúmeras cachoeiras que circundam a cidade. Todo esse conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico foi reconhecido como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Participem vocês também do I Encontro do Centro-Oeste, a programação especial reserva ainda debates imprescindíveis

para a carreira e muita confraternização entre os Auditores. Os interessados em já garantir a reserva de hospedagem e passagem podem entrar em contato com a agência Luna Viagens e Turismo pelo (62) 3224-2820 ou (62) 98168-7959. Informações sobre a inscrição e a programação completa serão divulgadas em breve.

Viagem internacional para associados está se aproximando; participe

Quer visitar a Europa com um grupo de amigos animados e um roteiro especial? Chegou a hora de se programar! A ANFIP está organizando para o mês de maio, em parceria com agência TelTur, a viagem internacional “Alemanha espetacular com a Ilha da Madeira”. São 14 dias visitando os principais pontos turísticos da região. Participe você também! O roteiro completo pode ser acessado [aqui](#).

Com temperaturas amenas, dias

mais longos e parques floridos, a primavera europeia é uma das estações mais especiais e esperadas nos países do continente, que abraça ainda a temporada de grandes eventos e festivais culturais.

Os interessados podem entrar em contato com agência Teltur Viagens & Turismo, autorizada pela Comissão de Eventos a atender os associados da ANFIP, por meio dos telefones (84) 3221-5696, Whatsapp (84) 99907-2807 e (84) 98753-9363.



ANFIP prestigia posse da nova diretoria da Anadep



A ANFIP prestigiu a cerimônia de posse da diretoria da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), realizada no dia 8 de fevereiro, em Brasília.

Na ocasião, foram empossados os novos integrantes dos conselhos diretor, consultivo e fiscal da entidade para o biênio 2023-2025. A defensora pública Rivana Ricarte foi reconduzida ao cargo de presidente da associação.

Ao todo, a nova diretoria focará em sete eixos de atuação: fortalecimento associativo, defesa institucional, diálogo interinstitucional, comunicação associativa, aperfeiçoamento e capacitação, atuação afirmativa de raça e de gênero, além da atuação internacional.

O evento reuniu autoridades e lideranças de diversas instituições parceiras. Também participaram conselheiros da ANFIP e da Fundação ANFIP, que desejaram sucesso aos membros da nova direção na condução dos trabalhos da entidade.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal realiza Operação Inflamável contra fraude tributária

A Receita Federal, em ação integrada com a Polícia Federal, iniciou, no dia 9 de fevereiro, a Operação Inflamável, que visa apurar fraude relacionada a supostos serviços de “consultoria tributária” prestados, em geral, a postos de combustíveis, envolvendo a retificação de declarações e, logo a seguir, a protocolização de pedidos de restituição de contribuições destinadas ao PIS (Programa de Integração Social) e à Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

A atuação da “consultoria tributária” causou prejuízo efetivo de R\$ 371 milhões aos cofres públicos, os quais, a partir de agora, serão objeto de recuperação pela administração tributária. Ressalte-se que o dano poderia ter sido ainda maior e alcançado a cifra de R\$ 3,7 bilhões, caso a Receita Federal não tivesse atuado.

A equipe da Receita Federal identificou que os contribuintes passaram a apresentar declarações retificadoras com o fim de obter restituição indevida dos tributos que já haviam sido pagos. Os autodenominados “consultores” abordavam empresários alegando, de forma enganosa, que estes contribuintes teriam direito ao ressarcimento de PIS e Cofins.

Os responsáveis pelos escritórios de “consultoria tributária” que ofereceram os serviços às pessoas jurídicas e promoveram os atos delituosos poderão responder judicialmente pelo delito de estelionato, crimes contra a ordem tributária, sem prejuízo de eventuais outros, inclusive, de associação criminosa ou de composição de organização criminosa e de lavagem ou ocultação de valores, bens e direitos, cujas penas podem chegar a oito anos de prisão.

Foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão, em Belo Horizonte, Jaboticatubas e Lagoa Santa, expedidos pela 1ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte. O Poder Judiciário decretou o sequestro e o bloqueio de bens e valores no valor de R\$ 371 milhões dos envolvidos.

Participaram da operação 17 integrantes da Receita Federal (Auditores Fiscais e Analistas Tributários) e 37 policiais federais. O nome da operação decorre do fato de os serviços de consultoria serem prestados principalmente a postos de gasolinas.

Fonte: Receita Federal do Brasil

ESTADUAL

Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP-MA têm mandato prorrogado

Os conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP-MA, Estadual do Maranhão, em reunião extraordinária realizada no dia 24 de janeiro, tiveram o atual mandato prorrogado para o período de 01/02/2023 a 31/01/2024. O prazo foi aprovado por unanimidade entre os conselheiros presentes na reunião, tendo

em vista que não houve habilitação para candidatas à eleição.

Diante do exposto, a ANFIP está empenhada para que os trabalhos conjuntos continuem sendo realizados com a mesma parceria de sempre e que a Estadual seja exitosa em suas atividades.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Quer investir em um plano de previdência complementar? Venha para a Jusprev

Está na hora de garantir um futuro com proteção e segurança financeira para você e sua família. Isso mesmo! Todos os associados da ANFIP, cônjuges, familiares e dependentes econômicos podem aderir à Jusprev, a Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

É a previdência complementar ao alcance dos associados, com mais vantagens em relação aos bancos e seguradoras. Confira [aqui](#) material informativo da Jusprev e faça [aqui](#) a sua simulação. Se tiver dúvidas, você ainda tem uma consultora especializada. Ligue (61) 99655-8978 ou envie e-mail para zuleideconsultoria@jusprev.org.br.



Aponte a câmera do smartphone para fazer a leitura do QR Code e redirecionar ao agendamento da consultoria personalizada.

O QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO PARA COMPLEMENTAR ESSA RENDA?

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300



ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ANFIP



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL